



Carta Aberta em defesa da formação e do trabalho profissional do/a assistente social.

Às/ Aos Assistentes Sociais

A atual conjuntura de contrarreformas especialmente a reforma trabalhista, reforma previdenciária (em curso) e implementação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que institui um Novo Regime Fiscal, repercute diretamente na violação de direitos sociais, especialmente, no campo da saúde, do trabalho e da educação.

No âmbito do ensino superior constata-se um crescente processo de precarização e aligeiramento da formação em Serviço Social a partir da lógica do mercado. Essa lógica transmuta a educação reconhecida como direito social a partir do Art. 6º da Constituição Federal de 1988, em mercadoria, cuja expressão de maior evidência é a expansão do ensino de graduação na modalidade à distância (EaD) como um projeto de governos e organismos nacionais e internacionais.

É fundamental destacar que a precarização da formação não atinge somente os/as estudantes de Serviço Social na modalidade de EaD, mas também aqueles/as que cursam a formação presencial, considerando-se a lógica de exploração da educação como mercadoria. Porém, é preciso atentar para as particularidades da modalidade EaD, que expressa entre outros, a massificação do ensino, a ausência de vivência acadêmica e da articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a precarização dos processos de supervisão direta de estágio, como atribuição privativa do/a assistente social em consonância com o previsto na Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8662) e Política Nacional de Estágio (ABEPSS 2010).

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996, p. 8) tem como pressuposto central “a permanente construção de conteúdo (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação da/do assistente social”. Assim, a concepção de formação profissional é na perspectiva de uma educação formadora e transformadora da realidade, o que aponta para a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional.

Nesta direção, enquanto classe trabalhadora, em consonância com os valores, princípios e diretrizes que constituem o projeto ético político profissional reafirmamos o compromisso com um exercício profissional comprometido com a garantia e ampliação de direitos e com o fortalecimento da classe trabalhadora. Também com o projeto de educação pública, gratuita, laica e democrática que contribua para a formação de um perfil profissional comprometido com as dimensões teórico – metodológica, ético- política e técnico operativa, com a defesa de direitos e com a construção de um projeto societário emancipador para além da lógica do capital.